

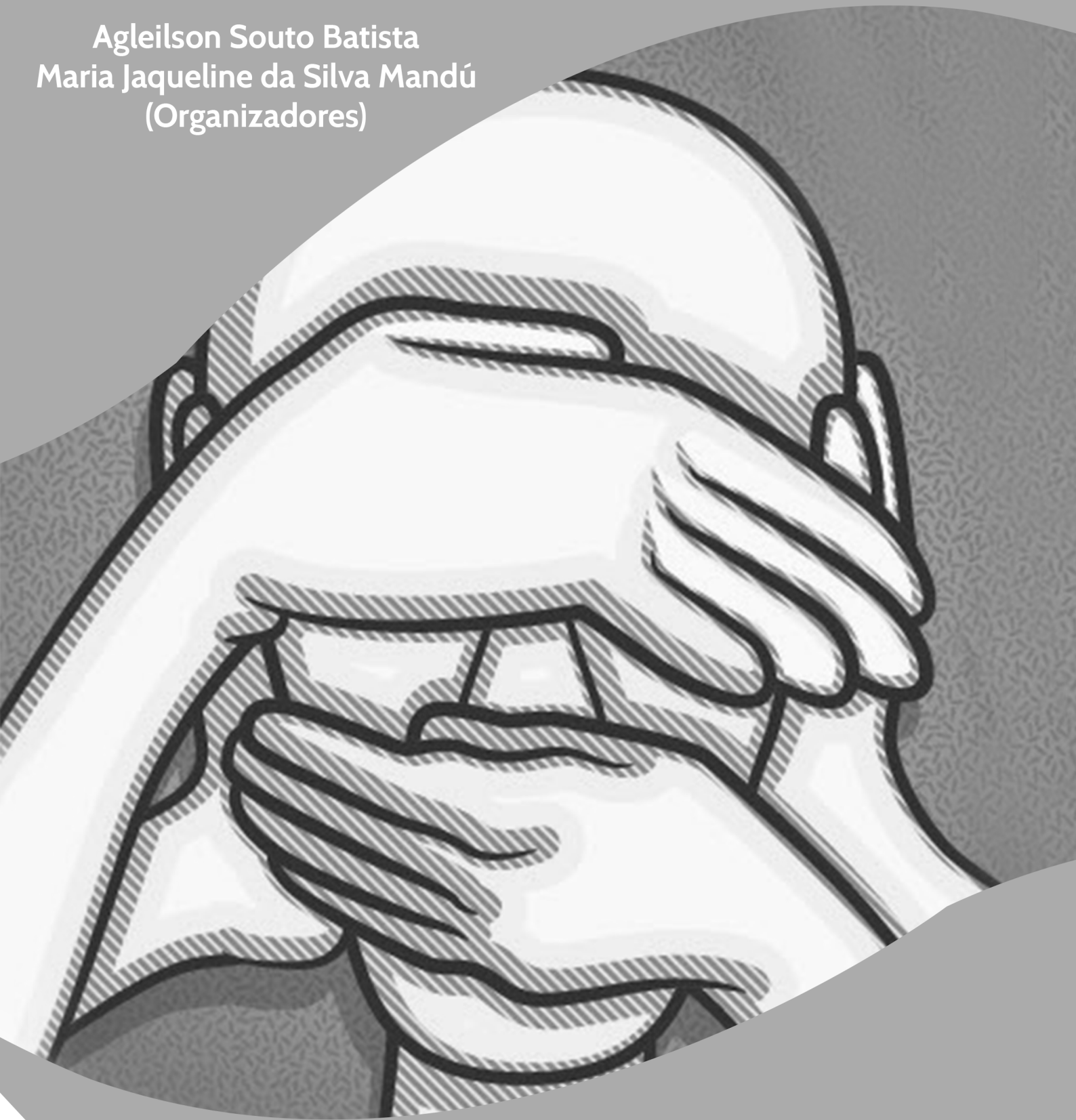
# Utopias e Distopias da Ciência Política 2

Agleilson Souto Batista  
Maria Jaqueline da Silva Mandú  
(Organizadores)



# Utopias e Distopias da Ciência Política 2

Agleilson Souto Batista  
Maria Jaqueline da Silva Mandú  
(Organizadores)



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Lorena Prestes

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná



Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

U91 Utopias e distopias da ciência política 2 [recurso eletrônico] /  
Organizadores Agleilson Souto Batista, Maria Jaqueline da Silva  
Mandú. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-963-9

DOI 10.22533/at.ed.639202701

1. Ciência política – Filosofia. 2. Ciência política – Pesquisa –  
Brasil. 3. Utopias. I. Batista, Agleilson Souto. II. Mandú, Maria  
Jaqueline da Silva.

CDD 184

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O campo das ciências políticas é fértil e multidisciplinar posto que pode abranger diversas áreas do saber. Este livro, composto por cinco capítulos na forma de coletânea, traduz essa multidisciplinaridade ao refletir sobre as utopias e distopias da ciência política. As ideias aqui expostas por pesquisadores de diversos pontos do país cumprem a função de gerar relevante discussão acerca de temas instigantes e atuais.

No capítulo 1, intitulado ‘A IIRSA como instrumento para a consolidação brasileira no hemisfério sul-americano no pós-guerra fria’, o autor Patrick Wesley Mendes de Castro busca apresentar algumas considerações sobre as iniciativas de integração física da América do Sul à luz de uma perspectiva crítica, baseando-se em discussões oriundas da geopolítica a fim de fazer uma análise que permita ao leitor relacionar a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e os seus reais desdobramentos na prática. Ao final, conclui que, em sua concepção, o projeto foi sutil, mas alcançou seu escopo ao buscar unificar questões díspares, como comércio, integração de infraestrutura física, segurança tradicional, a necessidade de proteção da democracia, novas questões de segurança e cooperação internacional.

No segundo capítulo, ‘Democracia participativa, sistemas partidários: um estudo comparativo das cidades de Porto Alegre e Montevideu’, de autoria de Alejandro Lezcano Swarczopf, buscou-se identificar elementos do sistema político e do sistema eleitoral que possam limitar ou estimular a participação da sociedade civil. As dinâmicas analisadas centram-se nos Conselhos de Vizinhança (CV) de Montevideu e os Fóruns de delegados do OP de Porto Alegre (PoA). Como principais resultados, obteve-se que, na amostra brasileira, o baixo enraizamento dos partidos na sociedade pode gerar efeitos negativos para a qualidade da participação, isto é, pode aumentar as probabilidades de cooptação dos governos sobre associações e representantes de organizações populares. Já no Uruguai, os vínculos de fidelidade partidária, por parte do eleitor, são fortes e foram construídos historicamente por diferentes mecanismos, no entanto, os Conselheiros monteviduanos que aspiravam a ser políticos profissionais estavam condicionados pelo interesse do partido. Nessa perspectiva, para serem candidatos, deveriam desenvolver uma carreira dentro do partido.

O capítulo 3, denominado ‘Governança eleitoral na Paraíba: uma análise sobre impugnações de candidaturas nas eleições gerais de 2016’, de Kyev Moura Maia e Celso Fernandes da Silva Júnior, visa à análise dos principais motivos que levam à impugnação do registro de uma candidatura, por meio da avaliação de 275 decisões judiciais alusivas ao pleito eleitoral de 2016, proferidas em 1ª e 2ª instâncias no Estado da Paraíba, com base no repositório de dados do Tribunal Superior Eleitoral. Dentre outros fatores, chegou-se à conclusão de que a documentação incompleta, seguida da ausência de filiação partidária constituem a maior parte dos motivos que geraram impugnações eleitorais no período analisado. Além disso, encontrou-se evidências de correlação entre o número de filiados por partido político e o número de candidaturas

impugnadas pela justiça eleitoral.

No capítulo 4, ‘Estado tecnocrático: noções e contrapontos acerca da tecnocracia’, os autores Francisco Humberto Viana Silva, Geilson Silva Pereira e Tamires Almeida Carvalho investigam a relação entre o modelo de Gestão Técnica e o modelo de Gestão Política, concluindo que o estudo acerca da identificação e desenvolvimento do Estado Tecnocrático, apesar de suas especificidades, pode contribuir para a Gestão Pública Eficiente.

E, finalmente, o capítulo 5, designado ‘Os trabalhadores da cultura no Brasil: análise do perfil sócio econômico e da influência das políticas culturais em anos recentes’, de Francisco Ricardo Calixto de Souza, avalia os dados relativos aos trabalhadores da cultura no Brasil, a partir de fontes oficiais e faz uma reflexão sobre a influência das políticas culturais no processo de formalização ou não desta força de trabalho. Verificando também a composição de renda e de escolaridade desses agentes culturais, além de refletir sobre o perfil socioeconômico dos trabalhadores ligados à “indústria” da cultura no Brasil. O autor conclui que há ausência de censos específicos, que dificulta a identificação da quantidade de trabalhadores e profissionais que atuam na cultura de forma informal como freelances, em 2020. Outrossim, supõe-se que sua renda oscila de acordo com a sazonalidade e precariedade desse tipo de trabalho, que não assegura os mesmos direitos garantidos ao trabalhador com carteira assinada.

Em suma, essa coletânea convida o leitor à reflexão acerca do papel da ciência política sob diferentes enfoques, de modo a contribuir para a construção de novas perspectivas quanto ao seu papel na sociedade.

Desejamos uma excelente leitura a todos(as)!

Agleilson Souto Batista  
Maria Jaqueline da Silva Mandú

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>CAPÍTULO 1</b> .....  | <b>1</b>  |
| A IIRSA COMO INSTRUMENTO PARA A CONSOLIDAÇÃO BRASILEIRA NO HEMISFÉRIO<br>SUL-AMERICANO NO PÓS-GUERRA FRIA                            |           |
| <a href="#">Patrick Wesley Mendes de Castro</a>  |           |
| DOI 10.22533/at.ed.6392027011  |           |
| <b>CAPÍTULO 2</b> .....  | <b>21</b> |
| DEMOCRACIA PARTICIPATIVA, SISTEMAS PARTIDÁRIOS: UM ESTUDO COMPARATIVO DAS<br>CIDADES DE PORTO ALEGRE E MONTEVIDÉU                    |           |
| <a href="#">Alejandro Javier Lezcano Schwarzkopf</a>   |           |
| DOI 10.22533/at.ed.6392027012  |           |
| <b>CAPÍTULO 3</b> .....  | <b>33</b> |
| GOVERNANÇA ELEITORAL NA PARAÍBA: UMA ANÁLISE SOBRE IMPUGNAÇÕES DE<br>CANDIDATURAS NAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2016                        |           |
| <a href="#">Kyeve Moura Maia</a>   |           |
| <a href="#">Celso Fernandes da Silva Júnior</a>  |           |
| DOI 10.22533/at.ed.6392027013  |           |
| <b>CAPÍTULO 4</b> .....  | <b>47</b> |
| O ESTADO TECNOCRÁTICO: NOÇÕES E CONTRAPONTO ACERCA DA TECNOCRACIA  |           |
| <a href="#">Francisco Humberto Viana Silva</a>   |           |
| <a href="#">Geilson Silva Pereira</a>  |           |
| <a href="#">Tamires Almeida Carvalho</a>   |           |
| DOI 10.22533/at.ed.6392027014  |           |
| <b>CAPÍTULO 5</b> .....  | <b>56</b> |
| OS TRABALHADORES DA CULTURA NO BRASIL: ANÁLISE DO PERFIL SÓCIO ECONÔMICO E DA<br>INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS EM ANOS RECENTES |           |
| <a href="#">Francisco Ricardo Calixto de Souza</a>   |           |
| DOI 10.22533/at.ed.6392027015  |           |
| <b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....  | <b>69</b> |
| <b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....  | <b>70</b> |



## O ESTADO TECNOCRÁTICO: NOÇÕES E CONTRAPONTO ACERCA DA TECNOCRACIA

Data de aceite: 20/01/2020

### Francisco Humberto Viana Silva

Cristo Faculdade do Piauí - Chrisfapi  
Piripiri – Piauí

### Geilson Silva Pereira

Cristo Faculdade do Piauí - Chrisfapi  
Piripiri – Piauí

### Tamires Almeida Carvalho

Cristo Faculdade do Piauí - Chrisfapi  
Piripiri – Piauí

**RESUMO:** homem é um ser sociável, necessitando viver em comunidade. Porém todos os homens em comunidade devem ser regidos socialmente em busca do progresso. A organização da estrutura estatal é essencial para que haja a ordem institucional e social de uma nação. Dentre estas formas de estruturação encontra-se a tecnocracia: um modelo de gestão estatal onde a técnica dos agentes se sobressai ao equilíbrio desta com a política. Para tanto, este conceito é amplo e abrangente, desde a Teoria do Estado até seu uso como modelo econômico, revelando suas facetas, assim como suas desvantagens. A pesquisa tem como objetivo investigar a relação entre a modelo de Gestão Técnica e o modelo de Gestão Política.

O estudo se constrói através do método de pesquisa bibliográfica. Com isso, foi possível concluir que o estudo do Estado Tecnocrático, apesar de suas especificidades pode contribuir para a Gestão Pública Eficiente. E desse modo, a identificação e desenvolvimento do Estado Tecnocrático pode se tornar mais ampla quanto a forma de Gestão do Estado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Organização. Estado. Política. Tecnocracia. Sociedade.

### THE TECHNOCRATIC STATE: CONCEPTS AND CONTRACTS ABOUT TECHNOCRACY

**ABSTRACT:** Man is a sociable being, needing to live in community. But all men in community must be socially governed in search of progress. The organization of the state structure is essential for the institutional and social order of a nation. Among these forms of structuring is technocracy: a state management model where the technique of agents stands out for its balance with politics. To this end, this concept is broad and comprehensive, from State Theory to its use as an economic model, revealing its facets as well as its disadvantages. The research aims to investigate the relationship between the Technical Management model and the Political Management model. The study is built through the bibliographic research method. Thus, it was possible to conclude that the study of the Technocratic State, despite its specificities, can

contribute to the Efficient Public Management. And in this way, the identification and development of the Technocratic State can become broader as to the form of State Management.

**KEYWORDS:** Organization. State. Politics. Technocracy Society.

## 1 | INTRODUÇÃO

Dentre as mais antigas instituições do mundo, em pé de igualdade com a estrutura familiar, está o Estado, que se mostra como um importante elemento para a ordem social. Tal instituição possui nuances e explicações acerca de seu funcionamento e sua manutenção de sua estrutura para os tempos posteriores. Assim, estas discussões buscam uma maior compreensão e melhor entendimento de suas bases teóricas e práticas.

O homem como um ser sociável, necessitando viver em sociedade. Porém todos os homens em comunidade devem ser regidos socialmente em busca do progresso. A organização da estrutura estatal é essencial para que haja a ordem institucional e social de uma nação. Dentre estas maneiras de estruturação encontra-se a tecnocracia: um modelo de gestão do Estado onde a técnica, pericia dos agentes se sobressai a convergência desta com a Gestão Política. Todavia, este conceito é abrangente, desde a Teoria do Estado até sua utilização como Modelo na Economia.

## 2 | O ESTADO E SUAS NUANCES

### 2.1 O Estado como Contrato

Rousseau, grande pensador suíço, afirmou que o Estado é um pacto social de homens livres, antes em estado natural, que preferiram se unir em prol de um Estado Civil, abdicando de algumas liberdades em prol de um governo, que passaria a reger os aspectos da nova vida social que foi escolhida. Este processo recebeu o nome de “contrato social”. Tal “contrato” se tornaria eficazmente a base do Estado como instituição.

Tal afirmativa implica demonstrar que o Estado se formou a partir da necessidade de um governo, que deveria ser um gestor de outros indivíduos que não conseguiriam se manter ou se defender em estado natural. Mas para que tal progresso seja visível para esta instituição haveria uma troca de liberdades entre os governados.

Esta troca se daria da seguinte forma: os súditos seriam privados de certos direitos naturais, dentre eles o “direito do primeiro ocupante”, onde o primeiro a ocupar uma terra seria naturalmente seu dono. Mas com este ônus viria um bônus: a efetivação do direito de propriedade, onde o Estado, de forma positivada, garantiria ao súdito a legitimidade de sua posse, assim retirando de outros a chance de destituir o proprietário de seus bens sem a sua vontade de alienar ou fazer outro negócio jurídico.

Assim, o Estado se forma como um garantidor de direitos, que não seriam

efetivados de forma tão convincente em estado natural, fazendo um equilíbrio entre as duas formas de direito, desde que não haja supressão de valores por parte do aparato estatal, pois desta forma o caminho estaria aberto para uma ditadura opressiva ou Estado inchado, supervalorizado e que dá ao governo inúmeras responsabilidades, algumas delas desnecessárias para a administração pública.

## 2.2 Os tipos de Estado

No decorrer das épocas o Estado passou a ter maiores facetas, tornando-se mais complexa. Paulo Bonavides (2009) explica de forma cristalina este, as principais formas de Estado, no sentido do modo de gestão. Primeiramente se inicia com o advento do Estado unitário, a forma mais simples de gestão estatal, onde a política, o judiciário e a administração pública estão na figura de apenas um ente estatal, sem agentes subsidiários. O unitarismo pode ser centralizado, seja no campo político, impedindo a criação de outras legislações; administrativo, onde as leis e os serviços estão em um único polo; territorial, onde o Estado controla todos os pontos do território em uma única mão; e por fim, existe a centralização material, onde a competência estatal é mais abrangente em quase todos os pontos políticos.

O Estado unitário também pode ser descentralizado, onde há apenas um ideal principiológico de centralização do poder, mas este é discricionário quanto aos entes administrativos estatais. Por fim, o Estado unitário pode ser concentrado, no qual as ordens são advindas diretamente do poder central, ou desconcentrado, onde o poder central é demonstrado mediante órgãos, porém vinculados às autoridades maiores, diferente da descentralização, onde há uma melhor análise de conveniência e oportunidade entre os entes menores. Como exemplo de Estados unitários há Portugal, Espanha e Uruguai.

Azambuja (2011) explica de forma sucinta outros modos de administração estatal, como a União, onde alguns Estados se unem para uma causa ou maior. As Uniões podem ser pessoais, típicas de monarquias, onde dependerá das alianças de casamento, possuindo caráter temporário e que respeita a soberania dos países envolvidos. Pode ser real, em relação a Estados de igual patamar, mantendo a soberania das nações envolvidas. Por fim, existe a união encorpada, onde Estados menos desenvolvidos se agregam em um único Estado, este mais forte e evidente no cenário internacional.

Essa União pode ser confederativa ou federativa: na Confederação, os Estados independentes se unem para um acordo de defesa, mantendo sua soberania e podendo cada ente sair desta a qualquer época, por estar regido apenas por Cartas e tratados, com força meramente contratual, e que não impedem o direito de secessão, este bastante resguardado em formações estatais com esta natureza.

Já a Federação é mais sólida, com um estado criado por outros menores, que se uniram em um só, sendo esta uma autêntica união de caráter encorpado. Esta se diferencia da confederação por ser mais centralizadora, com administração diferente,

tendo como exemplo a figura do parlamento e sua natureza orgânica, que limita ou até mesmo proíbe o direito de secessão, restando a estes a mera autonomia administrativa.

O Brasil é um exemplo de União Federativa, encontrando respaldo na própria Carta Constitucional, no *caput* do art. 1º: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de Direito...”

### 3 | A POLÍTICA E SEUS ASPECTOS

Intrinsecamente ligada ao Estado, a política está entrelaçada na relação com o povo, como forma de representação e participação representativa no Estado. Em nosso país a democracia é semi-direta, possuindo caráter representativo, por meio dos representantes eleitos pelo povo, mas com mecanismos de escolhas autenticamente populares, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular (Art. 14, I, II e III da CF-88).

Para tanto, a política é necessária, pois mediante dela os indivíduos passam a ter uma intensa participação democrática nos assuntos do Estado, fiscalizando-o e fazendo apelos aos representantes em prol de causas que lhes são consideradas justas. A participação pode ser individual, por meio da utilização do sufrágio, previsto e amparado pelo art. 84 do Código Eleitoral pátrio. Graças ao amparo legal a este direito, podemos exercer o voto e escolher aqueles representantes que nos são mais cabíveis. Mas a participação democrática pode também de forma coletiva, no referente à busca por interesses de determinada classe ou causa, que são conhecidos como grupos de “pressão”.

#### 3.1 A política e os movimentos sociais

Os movimentos sociais são grupos que se organizam em caráter mais estrito, para uma causa em particular ou interesses coletivos, objetivos este que são buscados perante o Estado, de forma democrática e representativa. Tais movimentos são dotados de controvérsia, não no obstante à sua organização, mas sim com os interesses que lhes são úteis e a forma de sua atuação no espaço público e sua influência na classe política.

Estes grupos sempre existiram no âmbito sociopolítico, pois há classes sociais, religiosas e profissionais que não possuem o amparo devido do Estado, e muitas destas se unem em movimentos organizados, na busca de atenção dos representantes ou, em um caráter de construção de apoio, uma simpatia popular preliminar, o que pode evoluir até o ambiente político propriamente dito.

Apartir do momento em que tais movimentos conquistam representatividade, tanto na opinião pública quanto no amparo político, estes evoluem de movimentos populares de protesto para “grupos de pressão”, onde, devido à relevância conquistada, podem desfrutar de uma luta mais concreta e consolidada por direitos, assim legitimando a



causa a ser buscada.

Azambuja (2011) cita três formas de mais comuns de pressão política: a primeira e mais comum é a persuasão política e popular, mediante os meios de comunicação escritos e radiofônicos como artigos, panfletos, manutenção de sites e páginas de redes sociais, assim buscando uma adesão maior da parte da população geral na causa em questão.

No caso do direito de trabalhadores, temos a figura da greve, prevista no *caput* do art. 9º de nossa Carta Magna. A greve é a paralisação dos serviços laborais como meio de pressionar seus empregadores. Mas quando organizado por centrais sindicais, há uma paralisação a nível maior, como forma de mostrar ao país a luta por determinado objetivo. Por fim, temos os meios ilícitos, muitas vezes utilizando a violência como meio de demonstrar e lutar por uma causa, desde sabotagens a ataques com bombas e confrontos contra policiais.

Por fim, os movimentos sociais buscam que seus objetivos sejam alcançados, seja por meios pacíficos, seja por meios mais agressivos, porém todas as atitudes serão observadas pela opinião pública e pela classe política, o que às vezes a adesão se torna uma incógnita, devido à falta de certeza sobre o julgamento se os meios de luta são válidos ou não.

### 3.2 A classe política e seus partidos

A classe política é como chamamos o grupo dos eleitos para representantes do governo, seja do executivo ou legislativo, também como seus agentes, estatais ou não, mas que influenciam o povo. Esta classe é uma elite do poder em uma nação, lutando para demonstrar quem definirá as leis e os rumos que um Estado tomará ao longo do futuro.

Para exercer tal poder, a classe política se utiliza de partidos políticos: pessoas jurídicas de direito privado fundado por indivíduos que buscam uma participação política mais ampla, no âmbito da administração estatal.

Dependendo do modelo de gestão, há certa disparidade, ou até uma homogeneidade entre a classe política e o partido político: em democracias, desde as sólidas até as mais claudicantes, a classe política é dividida entre a situação, com os grupos relacionados ao *status quo*, quanto à oposição, que luta contra os situacionistas nas ideias e na luta pelo poder. Tais membros desta “classe” não são necessariamente os políticos em si, mas o englobamento dos envolvidos, como agentes ativos deste sistema administrativo.

Mas esta dicotomia entre classe e partido político podem se misturar, principalmente entre ditaduras, visto que estas buscam apenas a totalidade do poder. Nestes casos a classe política é o próprio partido, visto que sua base, por ser advinda de um governo totalitário, e para participar politicamente nestes Estados, sua voz seria ouvida apenas no partido, com a condição de que suas ideias fossem as mesmas

do partido. Caso contrário, não haveria participação política, podendo culminar com perseguições.

Mas neste diapasão de instituições políticas, o partido político tem a sua importância para o Estado moderno, por facilitar a democracia representativa, dando uma melhor análise acerca da intenção dos movimentos políticos envolvidos no jogo do poder em questão, que serão analisados pela opinião pública conforme a ideologia ou projeto de poder dos envolvidos, assim facilitando e tornando mais concreto a ideia do eleitor e a justificativa de ter depositado o seu voto.

## **4 | O ESTADO TECNOCRÁTICO**

### **4.1 Noções preliminares**

Após uma breve análise acerca do Estado e da política, pode-se dar abertura um tipo de gestão estatal, não muito discutido, mas deveras importante. Trata-se da tecnocracia, ou “o governo dos técnicos”. A tecnocracia não é, de forma precisa, uma forma de Estado, mas sim uma forma de administração, onde apenas os técnicos seriam convocados para que administrem as funções do Estado.

Galvão de Sousa (1973) explica quem seriam os tecnocratas, conhecidos na língua inglesa como “managers”. Estes managers se consolidaram após a crise econômica de 1929, onde o presidente dos EUA em exercício na época, Franklin D. Roosevelt, implantou uma intervenção estatal na economia e na infraestrutura americana, denominada “new deal”. Com o passar do tempo esta política mitigou a autorregulação da economia, sendo preciso convocar “técnicos” para tratarem a economia americana, agora regulada.

Em um sentido mais atual, devido à complexidade dos Estados modernos, pensou-se em uma nova visão de administração, e a visão escolhida foi o dirigismo estatal, onde o governo passaria, quando achasse necessário, a intervir no Estado. Um exemplo deste dirigismo estatal é o modelo socialista de Estado, que teve como bastião e modelo a União soviética. Tal modelo de dirigismo estatal se baseava nas ideias de rejeição à propriedade privada, onde o estado seria o controlador e distribuidor dos meios de produção, sendo estes repassados para a coletividade. Assim a tecnocracia entra em cena, onde, para administrar a poderosa e ampla máquina estatal, seriam chamados apenas os indivíduos considerados especialistas no assunto, que controlariam os setores econômicos na busca pelo bem estatal.

### **4.2 A tecnocracia na política**

Dada esta introdução sobre a tecnocracia, pode-se analisar sua aplicação no campo político. A partir de sua aplicação como método, ao buscar os técnicos para a composição auxiliadora do gestor, o técnico controlará sua pasta nos moldes que são de sua conveniência e oportunidade, ou a pedido do estadista, uma vinculação de

seu interesse. Em um Estado verdadeiramente harmônico e democrático, há o equilíbrio entre os técnicos, o Estado e o povo, sendo que este último, em caso de insatisfação, pode utilizar o protesto para reclamar seus anseios, algo comum nas sociedades modernas. Porém quando há o dirigismo estatal tecnocrático, os protestos de movimentos sociais ou da classe política perdem valor, pois o que vale é a técnica e a visão de que o trabalho poder ser feito somente da forma premeditada, sem debate, assim fechando os olhos para outros agentes estatais.

Voltemos então ao antigo modelo soviético: com o controle total de poderes perante o Estado centralizador, as classes sociais modificaram-se. Antes, havia a burguesia e após a criação da URSS, consolidou-se a classe burocrática, que passou a ser a regente do proletariado. Assim a classe burocrática se junta à tecnocracia, pois na visão de que a técnica era suficiente, a voz trabalhadora deixou de ser ouvida, pois a política estava concentrada apenas na classe dos agentes do estado.

Desta forma, dirigismo estatal soviético suprimiu o debate e a participação tanto do indivíduo político quanto dos movimentos sociais e dos partidos, pois se tratava de um governo monocrático, sob a égide quase onipotente do Partido único. Todo este aparato repressivo culminou em uma sociedade despolitizada, mesmo possuindo uma ideologia, além de reduzir a gestão estatal a um imenso unitarismo político, inchando o Estado e impedindo a autonomia de seus estados satélites, como é no federalismo.

O Brasil também passou por um momento de busca por um Estado tecnocrático, sob a figura de Abílio de Nequete. Segundo Bartz (2008), após sair do PCB (Partido Comunista Brasileiro), Nequete buscou na técnica um ideal político, tanto que escreveu em 1926 um livro intitulado “Technocracia ou o 5º estado”, onde afirmava que a tecnocracia seria o estágio posterior ao comunismo. Em 1927, Abílio cria o partido tecnocrata, porém não obteve o sucesso político que almejava, tornando seus anseios mais distantes no Estado brasileiro.

#### **4.3 A tecnocracia na atualidade**

No mundo atual, a tecnocracia vem sendo alvo de inúmeras críticas, devido às acusações de ser um modelo fadado à despolitização, sob o argumento de que, mesmo havendo ideologia, há uma ênfase maior à forma mais ideal de gestão do que aos anseios de indivíduos que escolheram os seus representantes, correndo o risco de a tecnocracia se tornar a própria ideologia, e não uma mera técnica estatal. Por um lado, esta intervenção parece boa, pois há uma visão assunto por meio de técnicos, porém pode gerar violação do organismo natural de um Estado, que é garantir os direitos da população e os meios de evolução da mesma, fazendo a nação progredir.

Uma das formas mais concisas de apontar esta discussão é o embate entre ideologias na União europeia, como cita Bagus (2012), mais precisamente entre liberais clássicos e socialistas: os primeiros acreditam que a liberdade individual é um valioso aspecto cultural europeu, onde a função dos Estados soberanos envolvidos é proteger os direitos de propriedade e o livre mercado. Por outro lado, há a segunda

visão, esta de caráter mais estatista, favoráveis a uma Europa centralizada, gerida por técnicos, onde, neste “Império” continental, o Centro político governaria os Estados menores, mediante uma legislação comum e centralizada. Este conflito levou a fenômenos como o euroceticismo, que é a desconfiança sobre a eficiência e a eficácia da União Europeia no continente.

No Brasil, sob o aspecto da Lei, há um exemplo de tecnocracia implicada nas leis, que é a Proposta de Emenda à Constituição 194 de 2016, sob autoria de Irajá Abreu (PSD-TO). As justificativas para esta PEC são a elevação do nível dos debates nas casas, a busca por uma técnica melhor e a inspiração por parte do povo. Logo percebe-se que a busca pela técnica está mais em voga do que a própria participação democrática e popular e, devido a estes desejos, a proposta foi chamada jocosamente de ‘PEC do diploma’.

## 5 | METODOLOGIA

Para obter os objetivos desse artigo científico foi preciso buscar informações de caráter qualitativo, bem como a busca por dados mais atualizados para análise e fundamentação deste estudo, sendo usado o estudo bibliográfico de sites especializados, a legislação vigente. O procedimento adotado permitiu o contato com conhecimentos a respeito do tema, aprofundando o estudo e tecendo melhor o entendimento acerca do assunto.

Assim, conforme Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica abrange todas as formas de bibliografia outrora publicadas em relação ao tema escolhido, de edições avulsas até meios de comunicação, com a finalidade de manter o contato entre o pesquisador e o que foi documentado sobre um assunto determinado.

A bibliografia é importante para dar as diretrizes, solucionar problemas pertinentes, além explorar áreas onde o problema ainda não chegou, sendo imperceptíveis para os pesquisadores. Tal processo reforça a análise do pesquisador, permitindo ao cientista maior acesso às informações. Assim, a pesquisa visa examinar o tema em nova forma de análise, inovando suas conclusões. Para concretizar a pesquisa foram usados materiais como papel A4, caneta esferográfica, notebook e livros.

## 6 | CONCLUSÃO

Para que um Estado seja harmônico e equilibrado, deve haver uma equiparação entre a sabedoria da técnica e o poder político, evitando problemas institucionais e sociais de uma nação. Logo, a busca por um Estado onde a técnica deve prevalecer sobre a atividade política e popular se mostra deveras incompatível pois gera um sentimento de desdém para com a participação do povo nas escolhas e nos projetos dos representantes por ele eleitos.



Assim a tecnocracia se mostra envolta de uma mecanicidade, engessando os valores da população, está a verdadeira detentora dos valores orgânicos de consciência, sendo o principal agente político, que não se contenta em ser um mero objeto, mas sim o legítimo agente político de uma sociedade, devendo este receber toda atenção que esta merece.

Nas palavras finais de seu livro, Galvão de Sousa (1973) explica de forma cristalina que “A atividade dos especialistas e dos funcionários deve estar sempre subordinada ao juízo prudencial dos homens de governo. Por isso, nem a máquina nem os técnicos poderão jamais substituir o estadista.”

Assim, o culto autor demonstra a solução para o problema do confronto entre a técnica e a política: os técnicos, dotados de uma sabedoria mais detalhada sobre determinado assunto, não estão acima dos detentores do poder, por serem estes quem os escolheram para auxiliar em uma gestão. Assim, para a resolução deste diapasão, se deve equilibrar o poder com o conhecimento, em prol da paz no governo de um Estado, devendo estes trabalhar em conjunto com o Estadista e outros entes, para que haja uma sociedade justa e harmônica

## REFERÊNCIAS

ANGHER, Anne Joyce (Org.). **Vade mecum acadêmico de direito Rideel**. 28ª ed. atual. e ampl. São Paulo: Rideel, 2018.

AZAMBUJA, Darcy. **Introdução à Ciência Política**. 2ª ed. 1ª. Reimpressão. São Paulo. Gobo, 2011.

BAGUS, Philipp. **A Tragédia do Euro**. 1ª ed. *Campinas. Vide Editorial, 2012*.

BARTZ, Frederico Duarte. **Abílio de Nequete (1888-1960): os múltiplos caminhos de uma militância operária**. História Social. [S.I.] 2008. Disponível em: “<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/129>”. Acesso em 05/09/2019

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 17ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

BRASIL, Constituição (1988). **Proposta de Emenda à Constituição nº 164 de 2016**. Dá nova redação ao art. 14 da Constituição Federal, inserindo um inciso em seu § 3º. disponível em “[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=9A421EC777C0619DAD7961A1D55768A9.proposicoesWebExterno1?codteor=1446036&filename=Avulso+-PEC+194/2016](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9A421EC777C0619DAD7961A1D55768A9.proposicoesWebExterno1?codteor=1446036&filename=Avulso+-PEC+194/2016)”. Acesso em: 05/09/2019

LAKATOS, Eva Mariane; MARCONI, Marina Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUSA, José Pedro Galvão de. **O Estado Tecnocrático**. 1ª ed. São Paulo. Saraiva. 1973.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social** (Princípios do Direito político). In: *Coleção Grandes obras do pensamento universal*. Traduzido por Ciro Mioranza. 1ª ed. São Paulo: Lafonte, 2018

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

América do Sul 1, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 15, 16, 17, 18, 20

### B

Brasil 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 40, 44, 45, 46, 50, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 64, 65, 66, 67, 68

### C

Candidatura 25, 33, 34, 40, 41, 42, 43, 45

Classe política 50, 51, 53

Conselhos de Vizinhança 23, 26

Cultural de Massa 56

### D

Democracia 3, 5, 15, 17, 21, 25, 26, 28, 30, 31, 34, 35, 50, 52

Democracia Participativa 21

### E

Economia da Cultura 56, 59, 68

Eleições Gerais 33, 34, 40, 42, 44

Empregos Culturais 59, 68

Estado 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 18, 22, 26, 33, 34, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 66, 68

Estado Tecnocrático 47, 52, 53, 55

### G

Geopolítica 1, 2, 9, 18

Governança Eleitoral 33, 34, 35, 36, 38, 39, 44, 45, 46

Governo 2, 3, 6, 7, 10, 13, 15, 16, 18, 21, 23, 24, 27, 28, 29, 31, 35, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 64, 67

Governo FHC 7, 10

Governo Lula 2, 7, 10, 15, 18

Guerra Fria 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 13, 14, 16

### H

Hemisfério Sul 1, 6, 11

### I

IIRSA 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20

Impugnação de Candidaturas 33, 43, 45

Indústria 56, 57, 58, 59, 68

Informalidade 66

Institucionalização Partidária 26, 29

Instituições 5, 7, 9, 12, 14, 15, 17, 21, 23, 25, 26, 30, 35, 48, 52

Instituições Participativas 21, 26, 30

Integração Regional 1, 3, 5, 10, 12, 13, 17, 20

## **J**

Justiça Eleitoral 33, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 46

## **M**

Montevideu 21, 22, 23, 26

Movimentos Sociais 50, 51, 53

Mulheres 60, 62

## **N**

Nível de Escolaridade 58, 62, 63, 64

## **O**

Organização 5, 6, 7, 10, 14, 22, 23, 24, 26, 29, 34, 38, 39, 47, 48, 50, 57, 59

## **P**

Paraíba 33, 34, 40, 41, 42, 44, 45, 60

Partidos 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 51, 53, 57

Política 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 39, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 66, 68, 69

Políticas Culturais 56, 58, 59, 68

Porto Alegre 18, 19, 21, 22, 23, 24, 26, 29, 30, 31, 32

## **R**

Renda 56, 58, 59, 60, 64, 65, 66, 68

## **S**

Sistema Eleitoral 22, 23, 25, 26, 29, 35

Sistema Partidário 22, 23, 25, 26

Sistema Político 23, 24, 25

Sociedade 13, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 47, 48, 53, 55, 59, 62

## **T**

Técnica 18, 47, 48, 53, 54, 55, 69

Tecnocracia 47, 48, 52, 53, 54, 55

Trabalhadores da Cultura 56, 58, 59, 68

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**